

REQUERIMENTO Nº _____, de 2007

(Do Sr. Marcelo Serafim)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o enorme interesse de pessoas físicas e empresas estrangeiras pelas terras brasileiras, mais especificamente pela Região Amazônica.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 24, inciso III, e 225 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública, com a presença dos ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, além do presidente do INCRA, para debater sobre o enorme interesse de pessoas físicas e empresas estrangeiras pelas terras brasileiras, mais especificamente pela Região Amazônica.

JUSTIFICAÇÃO

Tem sido enorme o interesse de pessoas físicas e empresas estrangeiras pelas terras brasileiras, mais especificamente pela Região Amazônica. Tal interesse tem aumentado tão velozmente que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA está vivendo em estado de alerta. Os procuradores e fiscais do INCRA receberam orientação para olhar com mais atenção os negócios fundiários. Eles foram orientados a ficarem de olhos bem vivos para saber se esses negócios estão dentro das normas legais.

Temos uma clara patente de venda de terras aos estrangeiros. O lado mais visível desse movimento são as vendas de terras associadas aos projetos de produção de biocombustível, que atraem fundos de investimentos e multimilionários, como o megainvestidor George Soros.

Porém, essas transações representam apenas uma parte dos negócios fundiários com capital externo. Podemos afirmar que trata-se de a menor delas. Neste momento, grupos estrangeiros, preocupados com o aquecimento global, estão prospectando o Brasil em busca de áreas de florestas para comprar e preservar. Em outro vetor, o da produção agrícola, aumentam os negócios com estrangeiros que apostam no futuro das commodities agrícolas, como soja, algodão e celulose. Também entram na lista poderosos fundos de pensionistas americanos que investem na terra como reserva de valor.

E o lado obscuro de tais negócios? Quem garante que os que estão fazendo esses investimentos de milhões por conta de preservação e que vão seguir firme nesse propósito? Será que estamos preparados para proteger a nossa floresta? Quais são os impedimentos legais para que empresários estrangeiros “tomem posse” de mais áreas verdes de nosso país? Embora a aquisição de territórios da Amazônia para proteção da região, tenha sido lançado na grande imprensa como tendência para os próximos anos, especialistas afirmam que isto está longe de ser uma realidade.

Ademais, são os questionamentos que ora apresentamos que dão substância ao nosso pedido de realização de audiência pública com a devida urgência.

Sala das Comissões , em de agosto de 2007

Deputado **Marcelo Serafim**

PSB/AM